

Tradução de Conclusão de Curso
Graduação em Geografia

**“ASSIMETRIAS URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
PIRACICABA ATRAVÉS DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO
(IBEU)”**

Kaique Alberto Da Silva Pinheiro

Prof(a).Dr(a). Fabrício Gallo (orientador)

Rio Claro - SP
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

KAIQUE ALBERTO DA SILVA PINHEIRO

ASSIMETRIAS URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
PIRACICABA ATRAVÉS DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO
(IBEU)

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro,
da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho, para obtenção do grau de Bacharelado e
Licenciatura em Geografia.

Rio Claro - SP

2024

P654a Pinheiro, Kaique
Assimetrias urbanas na região metropolitana de Piracicaba através do índice de bem-estar urbano (IBEU) / Kaique Pinheiro. -- Rio Claro, 2024
59 p. : il., tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: Fabrício Gallo

1. Região metropolitana de Piracicaba. 2. Índice de bem-estar urbano. 3. Desigualdades urbanas. 4. IBEU municipal. I. Título.

KAIQUE ALBERTO DA SILVA PINHEIRO

ASSIMETRIAS URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
PIRACICABA ATRAVÉS DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO
(IBEU)

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto
de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de
Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau
de Bacharelado e Licenciatura em Geografia.

Comissão Examinadora

Fabício Gallo (orientador)

João Paulo Rosalin

Leandro Di Genova Barberio

Rio Claro, 14 de dezembro de 2024.

Assinatura do(a) aluno(a)

Assinatura do(a) orientador(a)

Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, fizeram parte da minha jornada. A minha família, pelo apoio incondicional, e aos amigos que estiveram presentes nos momentos de dúvidas, mas também das conquistas. Essa trajetória não foi fácil, mas com muita persistência cheguei até aqui. Que esta conquista seja o reflexo da perseverança e força que carrego comigo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio e a presença de pessoas essenciais em minha vida. Em primeiro lugar, agradeço à minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo suporte incondicional em cada etapa desta jornada. Ser o primeiro da minha família a me formar em uma universidade pública é uma conquista que carrego com muito orgulho, e sei que isso só foi possível graças à confiança e ao amor de cada um de vocês. Obrigado por acreditarem nos meus sonhos, mesmo quando o caminho parecia incerto.

Aos meus amigos, que sempre estiveram presentes, compartilhando risos e lágrimas, por muitas vezes pensei em desistir. Contudo, cada palavra de incentivo, cada momento de companheirismo, foi fundamental para que eu seguisse em frente. A amizade e o apoio de vocês foram a minha força nos momentos difíceis, então a realização desse trabalho não representa só a minha vitória, mas também a de todos que estiveram ao meu lado durante essa estrada.

Também agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Fabrício Gallo por ter aceitado o projeto mesmo fora do prazo, permitindo que eu conseguisse apresentar o trabalho no ano de 2024, o que seria praticamente impossível sem sua ajuda.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as desigualdades urbanas na Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) a partir do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU). Utilizando dados do Observatório das Metrópoles e do censo demográfico do IBGE, o estudo avalia as condições de vida dos municípios que compõem a RMP, considerando cinco dimensões principais: mobilidade urbana, condições ambientais, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura urbana; O IBEU serve como uma ferramenta analíticas para mensurar o impacto das desigualdades intraurbanas, oferecendo uma base para a formulação de políticas públicas que visem a redução das assimetrias socioeconômicas regionais. Os resultados indicam que, apesar de algumas cidades como Águas de São Pedro e Araras apresentarem bons índices de bem-estar urbano, municípios como Mombuca e Capivari enfrentam desafios significativos, especialmente na dimensão de infraestrutura. Comparando com outras regiões metropolitanas do estado a RMP possui um bom desempenho, entretanto ainda apresenta desafios na integração entre seus municípios.

Palavras-Chave: Região Metropolitana; Índice de Bem-Estar Urbano, Políticas Publica.

ABSTRACT

The present study aims to analyze urban inequalities in the Metropolitan Region of Piracicaba (RMP) using the Urban Well-Being Index (IBEU). Utilizing data from the Metropolis Observatory and the IBGE demographic census, the study assesses the living conditions of the municipalities that make up the RMP, considering five main dimensions: urban mobility, environmental conditions, housing conditions, provision of collective services, and urban infrastructure. The IBEU serves as an analytical tool to measure the impact of intra-urban inequalities, providing a basis for the formulation of public policies aimed at reducing regional socioeconomic asymmetries. The results indicate that, although some cities like Águas de São Pedro and Araras show good urban well-being indices, municipalities such as Mombuca and Capivari face significant challenges, especially in the infrastructure dimension. Comparisons with other metropolitan regions in the state of São Paulo, such as São José do Rio Preto and Jundiaí, reveal that the RMP performs well compared to other metropolitan regions; however, it still faces challenges in the integration between its municipalities.

Keywords: Metropolitan Region; Urban Well-Being Index; Public Policy.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

RMP: Região Metropolitana de Piracicaba

RMC: Região Metropolitana de Campinas

RMSJRP: Região Metropolitana de São José do Rio

Preto RMJ: Região Metropolitana de Jundiaí

RMSP: Região Metropolitana de São Paulo

IBEU: Índice de Bem-Estar Urbano

PIB: Produto Interno Bruto

PDUI: Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

IQVU: Qualidade de Vida Urbana

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Região Metropolitana de Piracicaba.	19
Figura 2 - Dimensões que compõem o Índice de Bem-Estar Urbano.	37
Mapa 3 - IBEU Municipal da Região Metropolitana de Piracicaba.	47
Mapa 4 - Mobilidade Urbana nos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba.	49
Mapa 5 - Condições Habitacionais Urbanas.	52
Mapa 6 - Infraestrutura dos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba.	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IBEU Municipal da Região Metropolitana de Piracicaba.	45
Tabela 2 - Mobilidade Urbana nos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba.	48
Tabela 3 - Condições Ambientais Urbanas dos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba.	50
Tabela 4 - Condições Habitacionais Urbanas dos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba.	51
Tabela 5 - Atendimento de serviços Urbanos nos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba.	53
Tabela 6 - Infraestrutura dos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba.	54
Tabela 7 - IBEU das regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Jundiaí, São José do Rio Preto e Piracicaba	56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. MÉTODO.....	12
3. OBJETIVO.....	14
4. CONCEITO DE REGIÃO METROPOLITANA.....	15
5. REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA.....	17
6. PANORAMA DAS CIDADES QUE COMPÕEM A RMP.....	19
7. ÍNDICES URBANOS.....	34
7.1 IBEU.....	34
<i>7.1.1 Mobilidade Urbana.....</i>	<i>35</i>
<i>7.1.2 Condições Ambientais Urbanas.....</i>	<i>36</i>
<i>7.1.3 Condições habitacionais Urbanas.....</i>	<i>37</i>
<i>7.1.4 Atendimento de serviços coletivos Urbanos.....</i>	<i>39</i>
<i>7.1.5 Infraestrutura Urbana.....</i>	<i>41</i>
8. RESULTADOS.....	43
8.1 IBEU Municipal.....	43
8.2 MOBILIDADE URBANA.....	45
8.3 CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS.....	47
8.4 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS.....	48
8.5 ATENDIMENTO DE SERVIÇOS URBANOS.....	50
8.6 INFRAESTRUTURA URBANA.....	51
8.7 Comparação com outras Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

A questão urbana no Brasil é caracterizada por um histórico de desenvolvimento excludente, aliado a políticas de habitação que, ao longo dos anos, não conseguiram satisfazer as necessidades de uma população em expansão rápida e diversificada (KUREKE et al., 2019). Desde o começo da urbanização acelerada no século XX, a distribuição desequilibrada de terras e recursos nas metrópoles do Brasil tem espelhado as acentuadas desigualdades socioeconômicas do país. Este cenário leva a uma urbanização caótica, marcada pela ocupação irregular de regiões periféricas e pela ausência de infraestrutura apropriada, o que intensifica a marginalização de segmentos consideráveis da população.

Apesar de a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a instituição do Estatuto da Cidade em 2001 terem sido marcos significativos na busca por democratizar o acesso ao espaço urbano e incentivar uma participação popular mais efetiva no planejamento urbano, os progressos, na realidade, têm sido restritos. Essas vitórias jurídicas expandiram a participação popular através de conselhos locais e planos diretores compulsórios, além de reforçar a função do Estado na administração urbana. No entanto, Caldas (2015) destaca que essas ações não levaram a uma mudança estrutural no modelo de produção urbana, que permanece atrelado a interesses do capital privado

Devido ao histórico do processo de urbanização, surge uma pergunta crucial: como as desigualdades urbanas se expressam atualmente nas principais metrópoles do Brasil? Para responder a essa questão, o Observatório das Metrópoles criou o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), um instrumento destinado a avaliar as condições de vida nas principais cidades brasileiras. O IBEU foi desenvolvido com base nos dados do censo demográfico do IBGE de 2010, oferecendo uma avaliação minuciosa das disparidades intraurbanas em diversas metrópoles do Brasil (RIBEIRO:RIBEIRO, 2013)

Ao comparar o IBEU nos municípios que compõem a Região metropolitana de Piracicaba (RMP) é possível ter um prognóstico das condições de bem-estar em diversas escalas urbanas como mobilidade, condições ambientais e habitacionais, acesso a serviços públicos e infraestrutura, assim auxiliando na criação de políticas públicas voltadas para a diminuição das assimetrias de condição de vida dessa região.

2. MÉTODO

Partimos da noção de que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico que, de acordo com Milton Santos (2002), seria “um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações”, sendo também sinônimo de território usado. Para tanto, há que se interpretar que o território usado “constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS et al., 2000). Este não é uma entidade pura, não é apenas natureza, não apenas político, não é apenas econômico ou cultural, tão pouco é homogêneo. Por isso, considera-se no presente projeto que o conceito território usado (SANTOS, 2002; SILVEIRA, 2009) se apresenta como instrumento analítico relevante pois, “o território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS et al., 2000, p. 12).

Essa noção de território usado é uma ferramenta significativa na tarefa de se analisar sistematicamente a constituição do território na medida em que incorpora todos os atores, constituindo-se, portanto, numa totalidade cindida em duas matrizes: de um lado as materialidades (ou configuração territorial) e, por outro lado, as imaterialidades, constituídas pelas ações políticas.

O espaço retrata como as ações (sociedade) e os objetos (materialidade) são realidades indissociáveis, isto é, em permanente busca de ajustes para se alcançar um arranjo “perfeito” segundo as diferentes ordens sociais. Segundo Isnard (1978), o espaço é uma “ordem projetiva”, é produto dos projetos de uma sociedade.

Para analisarmos os distintos poderes que os agentes têm para usar o território em seus distintos projetos, propomos entender o conjunto de igrejas neopentecostais como agentes de significativa relevância neste processo de uso. Dada a dimensão continental do território brasileiro, a fim de compreender como os projetos das igrejas se materializam no território nacional, recorreremos ao conceito de situação geográfica para entender a escalaridade dos projetos nos diferentes rincões do país. Segundo Silveira (1999, p. 22):

A situação geográfica decorreria de um conjunto de forças, isto é, de um conjunto de eventos geografizados, porque tornados materialidade e norma. Muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova geografia. Assim, ao longo do tempo, os eventos constroem situações geográficas que podem ser demarcadas em períodos e analisadas na sua coerência.

Por isso, buscaremos promover a compreensão das diferentes situações geográficas encontradas na conformação política da Região Metropolitana de Piracicaba. Com isso, esperamos também fazer uma análise dos processos político, econômico e social da implantação de tal recorte geográfico no estado de São Paulo.

3. OBJETIVO

O objetivo deste estudo é analisar as disparidades urbanas na região metropolitana de Piracicaba, empregando o Índice de Bem-Estar Urbano desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles. Este índice procura medir o impacto do consumo de produtos e serviços no bem-estar dos moradores, bem como dos serviços sociais fornecidos pelo governo. O estudo foca nas condições de vida oferecidas pelo meio urbano, levando em conta desde a qualidade das moradias e suas proximidades até a presença de equipamentos e serviços urbanos que afetam diretamente o dia a dia dos habitantes.

Esta pesquisa também tem como objetivo proporcionar aos representantes governamentais, movimentos sociais e à sociedade civil um instrumento útil para avaliar e elaborar políticas públicas, visando auxiliar no progresso da Região Metropolitana de Piracicaba.

4. CONCEITO DE REGIÃO METROPOLITANA

Antes de iniciarmos o debate acerca das disparidades na RMP, precisamos primeiro delimitar qual o conceito de região metropolitana e de metrópole que será utilizado neste trabalho.

Já de início é possível afirmar que as metrópoles contemporâneas não são mais as cidades industriais fordistas que conhecíamos no final do século XX e sobre as quais foram estabelecidos muitos dos fundamentos teóricos nas ciências humanas e sociais. Naquela época, particularmente a partir dos anos 1970, iniciou-se uma mudança socioeconômica nas metrópoles industriais, com a transição de uma economia majoritariamente industrial para uma economia focada em serviços (SOARES, 2018).

A transição da indústria para os serviços como força dominante nas economias metropolitanas é evidente tanto na composição do PIB quanto no emprego da força de trabalho. Os serviços se tornaram a principal fonte de riqueza e emprego, superando os setores manufatureiros tradicionais. Essa mudança é particularmente pronunciada nas economias desenvolvidas, onde o setor de serviços agora responde pela maior parcela do PIB e do emprego (SILVA, B. J. B. et al., 2020).

Este fenômeno se deve tanto ao progresso econômico das metrópoles, caracterizado pelo crescimento dos custos de localização devido à valorização do solo urbano devido ao aumento da demanda por terras urbanas ocasionou o aumento dos custos de localização, influenciando a segregação residencial e a organização espacial urbana (PASTERNAK;BÓGUS, 2010), quanto ao aprimoramento da força de trabalho e ao crescimento do poder aquisitivo de uma parte considerável da população. Essas alterações promoveram uma mudança nas dinâmicas econômicas e sociais urbanas, mudando a ênfase da indústria para os serviços e afetando diretamente a estrutura urbana e os padrões de trabalho.

Além desses elementos, o aumento do poder aquisitivo de uma parte considerável da população, que passou a exigir mais serviços, também teve um papel significativo nessas transformações. Outro ponto importante foi a mudança na economia capitalista, que adotou um novo padrão de consumo e sofreu alterações significativas na indústria, culminando na sua reestruturação e na mudança para um modelo pós-fordista de organização dando aos serviços um papel de destaque em vez da indústria convencional (ARAÚJO, 2001).

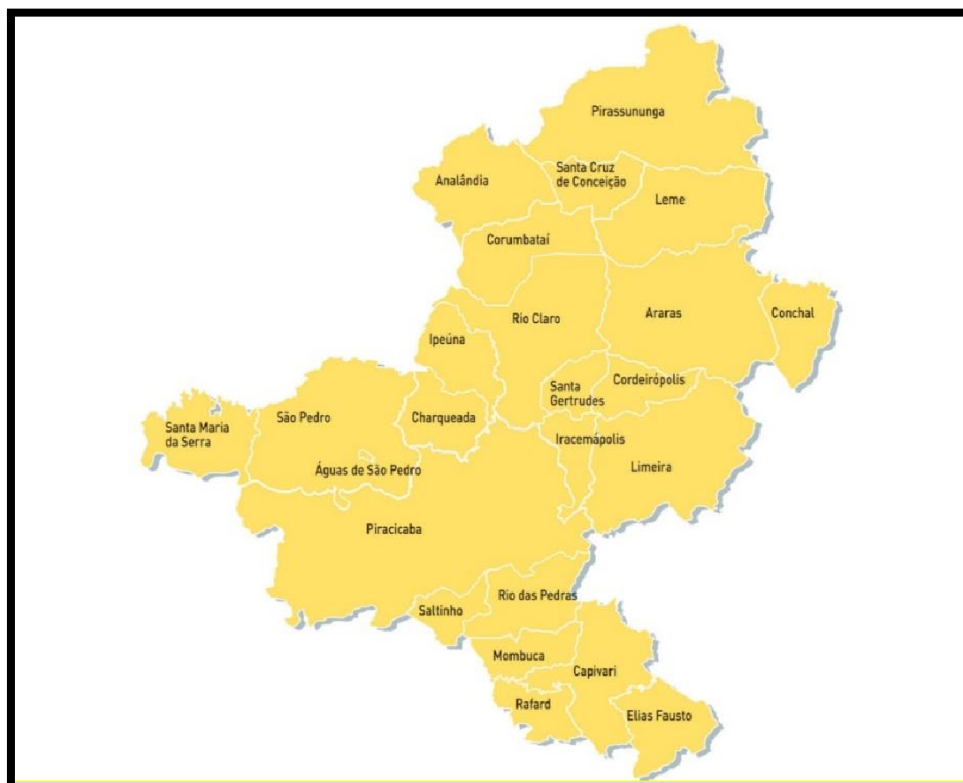
A metrópole atual é marcada pela sua predominância no segmento de serviços, seja para uso pessoal ou corporativo. Ela atua como um núcleo estratégico para a administração da economia capitalista global, cuja complexidade requer uma administração mais eficaz por parte das organizações (MÉO, 2008). Discussões recentes têm se concentrado em estabelecer as regiões metropolitanas como áreas políticas estratégicas para a execução de políticas públicas (PERES et al., 2018). No Brasil, o Estatuto da Metrópole proporcionou progressos na definição dessas áreas, apesar de ainda persistirem desafios consideráveis na elaboração e coordenação efetiva de políticas (PERES et al., 2018).

5. REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA

O Aglomerado Urbano de Piracicaba foi instituído em 2012 pela Lei Complementar n. 1178/2012 e era composto pelas cidades de Águas de São Pedro, Analândia, Araras, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Elias Fausto, Ipeúna, Iracemápolis, Laranjal Paulista, Leme, Limeira, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, São Pedro, e foi institucionalizada como uma Região Metropolitana (RM) em 24 de agosto de 2021 através da lei Complementar nº1360, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, na qual adicionava também as cidades de Pirassununga e Santa Cruz da Conceição, e retirando o município de Laranjal Paulista nessa nova configuração regional.

Conforme dados do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI, 2021), a Região Metropolitana de Piracicaba ocupa um território de 7.860,851 km², o que corresponde a 3,17% do território do Estado de São Paulo. De acordo com o IBGE (2021), a estimativa populacional para a região é de 1.574.153 pessoas, representando 3,36% da população do estado. A densidade populacional da região é de 191,06 habitantes por quilômetro quadrado. Em 2018, a região apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$82.742,75 milhões, o que equivale a 3,42% do Produto Interno Bruto do Estado paulista.

Mapa 1 – Região Metropolitana de Piracicaba



Fonte: PDUI-RMP (2020).

6. PANORAMA DAS CIDADES QUE COMPÕEM A RMP

Piracicaba

No censo realizado pelo IBGE.¹ em 2022, Piracicaba aparece possuindo 423.323 habitantes, com uma densidade demográfica de 307,19 habitantes por quilômetro quadrado, ocupando a 13º em número de habitantes no estado e 54º posição no país, e no quesito densidade demográfica o município ocupa 79º no estado e a 256º no país.

Em 2021, a média salarial mensal atingiu 3,1 salários mínimos. A taxa de empregabilidade em relação à população total foi de 36,41%. Em comparação com os demais municípios do estado, ocupava o 37º e o 73º lugar, respectivamente. Ao considerar a análise nacional, estava classificado em 126º lugar de 5570 e em 313º de 5570, respectivamente.

Quanto aos domicílios com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo, cerca de 30,8% da população estava nessa faixa, o que o posicionava em 351º de 645 entre os municípios do estado e em 4531º de 5570 no contexto nacional.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita atingiu R\$84.225,76. Em comparação com outros municípios do estado, ficou respectivamente nas posições 47º de 645 e 302º de 5570. O percentual de receitas externas em 2015 foi de 52,3%, colocando-o nas posições 606 de 645 entre os municípios do estado e 4925 de 5570 em nível nacional.

Águas de São Pedro

Em 2022, a população do município era de 2.780 habitantes, com uma densidade demográfica de 769,66 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, ocupava as posições 591 e 51 de um total de 645, respectivamente. Quando comparado com municípios de todo o país, as posições eram de 5155 e 133 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal atingiu 2,3 salários mínimos, com uma

¹ Os dados dos municípios da Região Metropolitana de Piracicaba foram obtidas no site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023.

proporção de 41,19% da população ocupada em relação ao total. Comparando-se com outros municípios do estado, ocupava as posições 241 e 40 de um total de 645, respectivamente. Em uma escala nacional, essas posições eram 958 e 186 de 5570 municípios, respectivamente.

Quanto aos domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, cerca de 26,3% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 601 de 645 entre as cidades do estado e 5218 de 5570 no contexto nacional.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$ 41.208,23. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 214 de 645 e 1370 de 5570, respectivamente. O percentual de receitas externas em 2015 era de 61,4%, o que colocava o município nas posições 560 de 645 entre os municípios do estado e 4784 de 5570 em nível nacional.

Analândia

Em 2022, a população do município era de 4.589 habitantes, com uma densidade demográfica de 14,08 habitantes por quilômetro quadrado. Comparando-se com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 509 e 571 de um total de 645, respectivamente. Em comparação com municípios de todo o país, essas posições eram de 4408 e 3867 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal era de 1,9 salários-mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 31,09%. Em comparação com os outros municípios do estado, o município ocupava as posições 525 e 137 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 2715 e 547 de um total de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, aproximadamente 29,8% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 419 de 645 entre as cidades do estado e 4715 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$ 40.726,1. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 218 de 645 e 1397 de 5570, respectivamente. O percentual de receitas externas em 2015 era de 85,8%, colocando o município nas posições 228 de 645 entre os municípios do estado e

3002 de 5570 em nível nacional.

Araras

Em 2022, a população do município era de 130.866 habitantes, com uma densidade demográfica de 202,95 habitantes por quilômetro quadrado. Comparando-se com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 60 e 116 de um total de 645, respectivamente. Em comparação com municípios de todo o país, essas posições eram 230 e 390 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,7 salários-mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 32,06%. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 107 e 119 de 645, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 322 e 498 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, cerca de 30,6% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 365 de 645 entre as cidades do estado e 4562 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$ 50.772,4. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 139 de 645 e 927 de 5570, respectivamente.

Capivari

Em 2022, a população do município era de 50.068 habitantes, com uma densidade demográfica de 155,07 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 136 e 134 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com municípios de todo o país, essas posições eram 656 e 502 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal foi de 2,6 salários-mínimos, com uma proporção de 30,29% da população ocupada em relação à população total. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 129 e 149 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 414 e 588 de um total de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, cerca de 29,3% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 462 de 645 entre as cidades do estado e 4819 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$52.495,21. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 127 de 645 e 860 de 5570, respectivamente.

Charqueada

Em 2022, a população do município era de 15.535 habitantes, com uma densidade demográfica de 88,34 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 293 e 192 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com municípios de todo o país, essas posições eram 2147 e 879 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,2 salários-mínimos, com uma proporção de 16,01% da população ocupada em relação à população total. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 293 e 461 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 1264 e 2229 de um total de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, aproximadamente 33,3% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 212 de 645 entre as cidades do estado e 3956 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$29.370,12. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 377 de 645 e 2189 de 5570, respectivamente.

Conchal

Em 2022, a população era de 28.101 habitantes e a densidade demográfica era de 153,73 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 204 e 135 de 645. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 1199 e 505 de 5570.

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos, com uma proporção de 21,95% da população ocupada em relação à população total. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 363 e 296 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 1674 e 1290 de um total de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, cerca de 31,9% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 290 de 645 entre as cidades do estado e 4310 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$30.159,5. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 361 de 645 e 2112 de 5570, respectivamente. O percentual de receitas externas em 2015 era de 67,8%, colocando o município nas posições 507 de 645 e 4598 de 5570, respectivamente.

Cordeirópolis

Em 2022, a população do município era de 24.514 habitantes, com uma densidade demográfica de 178,18 habitantes por quilômetro quadrado. Comparando-se com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 223 e 126 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com municípios de todo o país, essas posições eram 1388 e 433 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal era de 3,2 salários mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 45,45%. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 28 de 645 e 28 de 645, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 96 de 5570 e 127 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo

por pessoa, cerca de 30,4% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 381 de 645 entre as cidades do estado e 4607 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$163.554,17. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 13 de 645 e 83 de 5570, respectivamente.

Corumbataí

Em 2022, a população do município era de 4.195 habitantes, com uma densidade demográfica de 15,06 habitantes por quilômetro quadrado. Comparando-se com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 528 e 554 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com municípios de todo o país, essas posições eram 4583 e 3766 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,9 salários mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 31,26%. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 64 de 645 e 133 de 645, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 193 de 5570 e 539 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, cerca de 30,7% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 358 de 645 entre as cidades do estado e 4549 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$84.731,24. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 46 de 645 e 299 de 5570, respectivamente.

Elias Fausto

Em 2022, a população do município era de 17.699 habitantes, com uma densidade demográfica de 87,46 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 273 e 195 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com municípios de todo o país, essas posições eram

1915 e 889 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,4 salários mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 31,84%. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 194 de 645 e 123 de 645, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 729 de 5570 e 511 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, cerca de 33,5% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 200 de 645 entre as cidades do estado e 3902 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$55.521,14. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 111 de 645 entre os municípios do estado e 751 de 5570 entre todos os municípios.

Ipeúna

Em 2022, a população do município era de 6.831 habitantes, com uma densidade demográfica de 35,95 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 442 e 348 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com municípios de todo o país, essas posições eram 3697 e 2016 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,5 salários mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 26,09%. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 158 de 645 e 210 de 645, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 545 de 5570 e 905 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, cerca de 29% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 480 de 645 entre as cidades do estado e 4878 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$121.154,37. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 20 de 645 entre os municípios do estado e 134 de 5570 entre todos os municípios.

Iracemápolis

Em 2022, a população do município era de 21.967 habitantes, com uma densidade demográfica de 190,82 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 241 e 119 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com municípios de todo o país, essas posições eram 1567 e 409 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,2 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 31,93%. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 293 de 645 e 120 de 645 respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 1264 de 5570 e 505 de 5570, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 1264 de 5570 e 505 de 5570, respectivamente

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, cerca de 31,2% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 323 de 645 entre as cidades do estado e 4450 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$85.178,34. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 45 de 645 entre os municípios do estado e 292 de 5570 entre todos os municípios.

Leme

Em 2022, a população do município era de 98.161 habitantes, com uma densidade demográfica de 243,65 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 79 e 95 de um total de 645, respectivamente. Já em comparação com municípios de todo o país, essas posições eram 325 e 320 de um total de 5570, respectivamente.

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,3 salários mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 27,07%. Comparado com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 241 de 645 e 192 de 645, respectivamente. Já em comparação com cidades de todo o país, essas posições eram 958 de 5570 e 808 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, cerca de 31% da população estava nessa condição. Isso colocava o município nas posições 335 de 645 entre as cidades do estado e 4489 de 5570 entre as cidades do Brasil.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$38.964,09. Em comparação com outros municípios do estado, o município ocupava as posições 235 de 645 entre os municípios do estado e 1504 de 5570 entre todos os municípios.

Limeira

Em 2022, a população do município era de 291.869 habitantes, com uma densidade demográfica de 502,61 habitantes por quilômetro quadrado. Em relação aos demais municípios do estado, ele ocupava as posições 26 e 60 de um total de 645. Quando comparado com todos os municípios do país, essas posições eram 94 e 173 de um total de 5570.

Em 2021, o salário médio mensal no município era de 2,9 salários-mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 33,28%. Em comparação

com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 64 e 103 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 193 e 436 de um total de 5570. Cerca de 30,5% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário- mínimo por pessoa, o que colocava o município nas posições 371 de 645 entre as cidades do estado e 4579 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$51.678,31. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 131 de 645 entre os municípios do estado e 886 de 5570 entre todos os municípios.

Mombuca

Em 2022, a população do município era de 3.722 habitantes, com uma densidade demográfica de 27,84 habitantes por quilômetro quadrado. Em relação aos demais municípios do estado, ele ocupava as posições 555 e 412 de um total de 645. Quando comparado com todos os municípios do país, essas posições eram 4776 e 2502 de um

total de 5570.

Em 2021, o salário médio mensal no município era de 2,1 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22,34%. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 363 e 283 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 1674 e 1247 de um total de 5570. Cerca de 35,8% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário- mínimo por pessoa, o que colocava o município nas posições 116 de 645 entre as cidades do estado e 3400 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$35.344,16. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 278 e 1722 de 645 entre os municípios do estado e de um total de 5570 entre todos os municípios, respectivamente.

Rafard

Em 2022, a população do município era de 8.965 habitantes, com uma densidade demográfica de 73,7 habitantes por quilômetro quadrado. Em relação aos demais municípios do estado, ele ocupava as posições 391 e 220 de um total de 645. Quando comparado com todos os municípios do país, essas posições eram 3230 e 1037 de um total de 5570.

Em 2021, o salário médio mensal no município era de 2,6 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 31,53%. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 129 e 128 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 414 e 527 de um total de 5570. Cerca de 30,8% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário- mínimo por pessoa, o que colocava o município nas posições 351 de 645 entre as cidades do estado e 4531 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$48.529,75. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 154 e 1014 de 645 entre os municípios do estado e de um total de 5570 entre todos os municípios, respectivamente.

Rio Claro

Em 2022, a população do município era de 201.418 habitantes, com uma densidade demográfica de 404,11 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 41 e 66 de um total de 645. Quando comparado com todos os municípios do país, essas posições eram 151 e 208 de um total de 5570.

No ano de 2021, o salário médio mensal na região era de 2,9 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 36,75%. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 64 e 70 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 193 e 302 de um total de 5570. Aproximadamente 29,3% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o que colocava o município nas posições 462 de 645 entre as cidades do estado e 4819 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$63.209,08. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 84 e 572 de 645 entre os municípios do estado e de um total de 5570 entre todos os municípios, respectivamente.

Rio das Pedras

Em 2022, a população do município era de 31.328 habitantes, com uma densidade demográfica de 138,22 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 192 e 147 de um total de 645. Quando comparado com todos os municípios do país, essas posições eram 1072 e 558 de um total de 5570.

No ano de 2021, o salário médio mensal na região era de 3 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28,91%. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 47 e 167 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 152 e 672 de um total de 5570. Aproximadamente 30,5% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o que colocava o município

nas posições 371 de 645 entre as cidades do estado e 4579 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$49.338,49. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 148 e 979 de 645 entre os municípios do estado e de um total de 5570 entre todos os municípios, respectivamente.

Saltinho

Em 2022, a população do município era de 8.161 habitantes, com uma densidade demográfica de 81,82 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 400 e 206 de um total de 645. Em relação a todos os municípios do país, essas posições eram 3362 e 938 de um total de 5570.

No ano de 2021, o salário médio mensal na região era de 2,7 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28,82%. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 107 e 170 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 322 e 683 de um total de 5570. Cerca de 26,3% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que colocava o município nas posições 601 de 645 entre as cidades do estado e 5218 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$44.465,92. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 188 e 1198 de 645 entre os municípios do estado e de um total de 5570 entre todos os municípios, respectivamente.

Santa Gertrudes

Em 2022, a população do município era de 23.611 habitantes, com uma densidade demográfica de 240,22 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 231 e 97 de um total de 645. Em relação a todos os municípios do país, essas posições eram 1487 e 327 de um total de 5570.

No ano de 2021, o salário médio mensal na região era de 3,4 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 38,08%. Em

comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 18 e 54 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 67 e 247 de um total de 5570. Cerca de 31,5% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o que colocava o município nas posições 312 de 645 entre as cidades do estado e 4398 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$139.885,74. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 15 e 102 de 645 entre os municípios do estado e de um total de 5570 entre todos os municípios, respectivamente.

Santa Maria da Serra

Em 2022, o município tinha uma população de 5.243 habitantes, com uma densidade demográfica de 20,75 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 489 e 480 de um total de 645. Em relação a todos os municípios do país, essas posições eram 4171 e 3114 de um total de 5570.

No ano de 2021, o salário médio mensal na região era de 2,2 salários-mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22,63%. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 293 e 275 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 1264 e 1209 de um total de 5570. Cerca de 33,3% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário- mínimo por pessoa, o que colocava o município nas posições 212 de 645 entre as cidades do estado e 3956 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$24.297,18. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 482 e 2707 de 645 entre os municípios do estado e de um total de 5570 entre todos os municípios, respectivamente.

São Pedro

Em 2022, o município tinha uma população de 38.256 habitantes, com uma densidade demográfica de 62,58 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação

com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 164 e 241 de um total de 645. Em relação a todos os municípios do país, essas posições eram 852 e 1211 de um total de 5570.

No ano de 2021, o salário médio mensal na região era de 2 salários-mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22%. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 432 e 294 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 2168 e 1283 de um total de 5570. Cerca de 29,9% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário- mínimo por pessoa, o que colocava o município nas posições 413 de 645 entre as cidades do estado e 4691 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$24.418,31. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 479 e 2690 de 645 entre os municípios do estado e de um total de 5570 entre todos os municípios, respectivamente.

Pirassununga

Em 2022, o município tinha uma população de 73.545 habitantes, com uma densidade demográfica de 101,15 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 101 e 176 de um total de 645. Em relação a todos os municípios do país, essas posições eram 445 e 769 de um total de 5570.

No ano de 2021, o salário médio mensal na região era de 2,9 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 33,12%. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 64 e 104 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 193 e 444 de um total de 5570. Cerca de 29,1% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário- mínimo por pessoa, o que colocava o município nas posições 474 de 645 entre as cidades do estado e 4855 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$42.833,73. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 204 e 1289 de 645 entre os municípios do estado e de um total de 5570 entre todos os municípios, respectivamente.

Santa Cruz da Conceição

Em 2022, o município tinha uma população de 4.277 habitantes, com uma densidade demográfica de 28,49 habitantes por quilômetro quadrado. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 524 e 403 de um total de 645. Em relação a todos os municípios do país, essas posições eram 4538 e 2456 de um total de 5570.

No ano de 2021, o salário médio mensal na região era de 2,1 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26,37%. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 363 e 202 de um total de 645. Já em relação a todas as cidades do país, essas posições eram 1674 e 876 de um total de 5570. Cerca de 28,1% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário- mínimo por pessoa, o que colocava o município nas posições 528 de 645 entre as cidades do estado e 5019 de 5570 entre as cidades do Brasil.

No mesmo ano, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$35.264,11. Em comparação com outros municípios do estado, ele ocupava as posições 281 e 1730 de 645 entre os municípios do estado e de um total de 5570 entre todos.

7. ÍNDICES URBANOS

A produção de índices e indicadores que avaliam as condições de vida no meio urbano possui um histórico de mais de duas décadas, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. No entanto, foi a partir da década de 1990 que essas iniciativas começaram a se consolidar e a proliferar de forma mais significativa. Esse avanço foi impulsionado por eventos globais importantes, como a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992 na Cidade do Rio de Janeiro, e o Habitat II, em 1996 na cidade de Istambul, Turquia. Tais conferências fomentaram a reflexão e o aprimoramento de políticas e indicadores voltados para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida urbana.

No contexto brasileiro, as primeiras experiências de construção de indicadores concentraram-se, principalmente, nos níveis estadual e municipal. Um exemplo marcante desse movimento foi o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) de Belo Horizonte, que se destacou como uma das iniciativas pioneiras e bem-sucedidas na construção de um indicador voltado para a realidade urbana municipal. O IQVU começou a ser desenvolvido em 1992 e seu primeiro resultado divulgado em 1996 passando depois por revisões e aprimoramentos ao longo do tempo, com o objetivo de refinar a análise de sua evolução temporal (PHB, 1996).

O impacto do IQVU foi considerável, pois ele se tornou uma referência fundamental para a criação de outros indicadores, como o Índice de Qualidade de Vida Urbano dos Municípios Brasileiros (IQVU-BR). Esse índice foi proposto pelo Ministério das Cidades com o intuito de elaborar uma métrica que refletisse as condições de vida urbana e que fosse comparável entre os diferentes municípios do Brasil (NAHAS, 2015).

7.1 IBEU

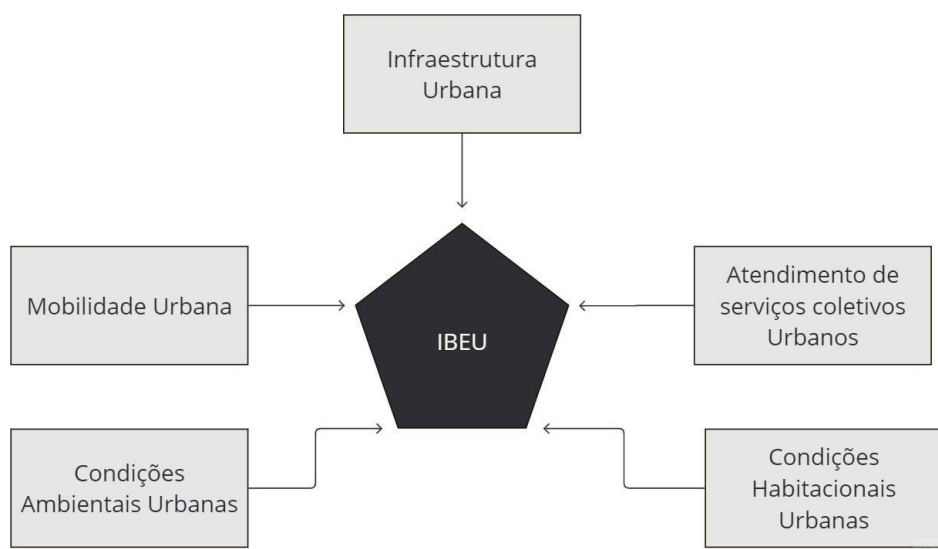
Nesse contexto, surge o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), que se insere nessa tradição de construção de indicadores urbanos no Brasil. O IBEU destaca-se por utilizar dados comparáveis em diferentes escalas geográficas, desde regiões metropolitanas até os bairros que compõem essas regiões.

O Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) avalia o grau das condições urbanas essenciais para viver nas metrópoles, particularmente nas principais áreas urbanas do

país. As condições urbanas levadas em conta foram aquelas que são caracterizadas como bens ou serviços de uso comum. Os bens ou serviços coletivos são aqueles que nenhum indivíduo pode comprar por conta própria, nem consumir de forma individual. São produtos ou serviços que só podem ser obtidos e utilizados coletivamente, como pavimentação, sistema de esgoto, plantio de árvores, entre outros elementos. Portanto, esses produtos ou serviços representam a dimensão urbana do bem-estar que os cidadãos desfrutam e que são incentivados pelo mercado, através do consumo comercial, ou pelos serviços fornecidos pelo Estado.

Essa característica torna o IBEU uma ferramenta valiosa para a avaliação e formulação de políticas públicas no âmbito urbano possibilitando comparações em nível nacional, ele oferece parâmetros mais precisos para avaliar as condições de vida urbana em diferentes contextos e escalas, contribuindo para a tomada de decisões mais fundamentadas no planejamento urbano.

Figura 2 - Dimensões que compõem O Índice de Bem-Estar Urbano



Fonte: Elaborado pelo autor.

7.1.1 Mobilidade Urbana

A dimensão de mobilidade urbana do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) foi

construída a partir de um único indicador: o tempo de deslocamento entre casa e trabalho. A limitação na escolha de apenas esse indicador decorreu da ausência de outras variáveis no censo demográfico que pudessem capturar de forma abrangente as condições de mobilidade urbana. Embora reconheça-se que o tempo de deslocamento seja uma proxy válida para avaliar a mobilidade, este indicador não abrange outros aspectos cruciais, como a qualidade do transporte, a segurança dos serviços prestados e a infraestrutura disponível, que também afetam a experiência e a eficiência da mobilidade urbana.

Deslocamento casa-trabalho

Esse indicador é construído com base no tempo que as pessoas ocupadas, que trabalham fora de casa e retornam diariamente, gastam no trajeto de ida entre suas residências e seus locais de trabalho. O tempo de deslocamento é considerado adequado quando os indivíduos levam até 1 hora por dia para se deslocar de casa ao trabalho. Portanto, a proporção de pessoas que se enquadram nessa categoria – ou seja, que trabalham fora do domicílio e retornam diariamente, gastando até 1 hora no trajeto casa-trabalho – é utilizada como métrica para a análise da mobilidade urbana.

Este enfoque sobre o tempo de deslocamento permite uma avaliação objetiva das condições de mobilidade, na medida em que longos períodos de viagem podem indicar problemas de infraestrutura, ineficiência no transporte público ou congestionamentos. No entanto, ele não capta as nuances de conforto, segurança e qualidade dos meios de transporte, que também são fundamentais para uma mobilidade urbana satisfatória.

Assim, ainda que o indicador de deslocamento casa-trabalho ofereça uma visão útil da mobilidade urbana, ele não reflete completamente a complexidade do sistema de transporte e as experiências dos usuários no contexto urbano. Idealmente, a inclusão de outras variáveis, como o tipo de transporte utilizado, o custo e a regularidade dos serviços, contribuiria para uma análise mais ampla e detalhada das condições de mobilidade nas cidades

7.1.2 Condições Ambientais Urbanas

A dimensão de condições ambientais urbanas foi elaborada a partir de três indicadores fundamentais: arborização no entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado nas proximidades dos domicílios. Embora a

análise ambiental esteja restrita a esses três indicadores, eles são considerados representativos das condições ambientais que impactam diretamente a vida urbana, fornecendo uma visão relevante sobre a qualidade do ambiente em que as pessoas residem.

Arborização no entorno dos domicílios

Este indicador mede a proporção de pessoas que vivem em domicílios localizados em áreas com presença de arborização em suas proximidades. A arborização é considerada tanto na face da quadra onde se localizam os domicílios, quanto na face confrontante ou no canteiro central da rua. A presença de árvores no entorno é um fator essencial para o bem-estar urbano, pois contribui para a qualidade do ar, a redução de temperaturas elevadas, além de oferecer benefícios estéticos e psicossociais aos moradores.

Esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios

Este indicador reflete a proporção de pessoas que residem em áreas onde não há esgoto a céu aberto. A avaliação considera tanto a face da quadra em que os domicílios estão localizados quanto a face confrontante. A ausência de esgoto a céu aberto é um fator crucial para a saúde pública e para a preservação ambiental, uma vez que a exposição ao esgoto não tratado pode causar a proliferação de doenças e comprometer a qualidade de vida dos residentes. Este indicador é uma medida direta das condições sanitárias e da infraestrutura básica disponíveis na região.

Lixo acumulado no entorno dos domicílios

Este indicador mede a proporção de pessoas que vivem em áreas onde não há acúmulo de lixo nas proximidades dos domicílios. A presença de lixo acumulado é avaliada tanto na face da quadra onde o domicílio está localizado quanto na face confrontante. O acúmulo de resíduos sólidos no entorno dos domicílios não apenas degrada o ambiente urbano, mas também representa um risco à saúde pública, além de afetar negativamente a qualidade de vida ao atrair pragas e produzir mau cheiro.

Em conjunto, esses três indicadores proporcionam uma visão abrangente das condições ambientais urbanas e são fundamentais para avaliar a qualidade do ambiente físico

em que os cidadãos vivem. Eles refletem aspectos importantes da sustentabilidade e do conforto nas áreas urbanas, ao mesmo tempo que evidenciam os desafios relacionados à infraestrutura básica e à gestão ambiental nas cidades.

7.1.3 Condições habitacionais Urbanas

A dimensão de condições habitacionais urbanas foi estruturada com base em quatro indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e o material das paredes dos domicílios. Esses indicadores foram escolhidos para avaliar as características e condições dos domicílios, que têm impacto direto ou indireto no bem-estar urbano e na qualidade de vida dos moradores.

Aglomerado subnormal

Este indicador mede a proporção de pessoas que não residem em aglomerados subnormais, ou seja, áreas caracterizadas pela falta de infraestrutura urbana básica e ocupações irregulares, como favelas. Ele é calculado a partir da identificação dos setores censitários de aglomerados subnormais, conforme definidos pelo IBGE. A ausência de moradia em aglomerados subnormais reflete melhores condições de vida, uma vez que esses locais tendem a ter uma infraestrutura inadequada, com acesso limitado a serviços essenciais como saneamento e eletricidade.

Densidade domiciliar

A densidade domiciliar é calculada pela relação entre o número de pessoas que vivem no domicílio e o número de dormitórios disponíveis. Considera-se adequada a densidade quando há até duas pessoas por dormitório. O indicador reflete a proporção de pessoas que vivem em domicílios com densidade considerada adequada, ou seja, que não sofrem com superlotação. Esse fator é essencial para garantir um ambiente doméstico confortável e saudável, evitando problemas como a falta de privacidade e condições insalubres.

Densidade morador/banheiro

Este indicador avalia a proporção de pessoas que vivem em domicílios onde a relação de moradores por banheiro é de até quatro pessoas. Essa métrica reflete a adequação da infraestrutura sanitária no domicílio, sendo um fator crucial para a higiene e saúde dos residentes. Um número elevado de pessoas por banheiro pode resultar em condições sanitárias inadequadas, aumentando o risco de doenças e diminuindo a qualidade de vida.

Material das paredes dos domicílios

Este indicador mede a adequação do material utilizado nas paredes externas dos domicílios. Considera-se adequado quando as paredes são feitas de alvenaria com revestimento ou de madeira apropriada para construção (aparelhada). A proporção de pessoas que vivem em domicílios com materiais adequados nas paredes externas é um indicativo importante das condições de moradia, pois materiais de baixa qualidade podem comprometer a durabilidade e segurança das construções, além de afetar a proteção contra intempéries.

Espécie dos domicílios

Este indicador avalia o tipo de moradia. Considera-se adequado domicílio do tipo casa, casa de vila ou condomínio, ou apartamento. Por outro lado, moradias em condições precárias, como cômodos de cortiços, tendas, barracas, ou habitações improvisadas (como vagões ou trailers), são consideradas inadequadas. A proporção de pessoas que vivem em domicílios adequados reflete a qualidade e a segurança do espaço habitacional, sendo um indicador central para avaliar o padrão de vida urbana.

Em conjunto, esses indicadores proporcionam uma visão abrangente das condições habitacionais urbanas, ajudando a identificar tanto as áreas de vulnerabilidade quanto os aspectos que precisam de melhorias. Eles são essenciais para orientar políticas públicas que visam garantir moradias dignas, seguras e confortáveis, e para promover um ambiente habitacional que favoreça o bem-estar e a saúde da população.

7.1.4 Atendimento de serviços coletivos Urbanos

A dimensão de atendimento de serviços coletivos urbanos no Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) foi desenvolvida com base em quatro indicadores fundamentais: atendimento adequado de água, esgoto, energia e coleta de lixo. Esses indicadores refletem os serviços públicos essenciais, que são imprescindíveis para garantir o bem-estar urbano e a qualidade de vida, independentemente de serem prestados por empresas públicas ou privadas por meio de concessões públicas.

Atendimento de água

O atendimento adequado de água é garantido quando o fornecimento é feito por uma rede geral de distribuição. O indicador de atendimento de água mede a proporção de pessoas que vivem em domicílios com acesso a essa rede, sendo este um dos serviços mais essenciais para a vida urbana. A disponibilidade de água potável e seu fornecimento contínuo são cruciais para a saúde pública, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas.

Atendimento de esgoto

Este indicador avalia a proporção de pessoas que moram em domicílios com acesso a uma rede geral de esgoto. O atendimento adequado de esgoto é essencial para garantir condições sanitárias adequadas e prevenir a proliferação de doenças transmitidas pela água. A coleta e o tratamento de esgoto são determinantes não apenas para a saúde dos moradores, mas também para a preservação ambiental e a sustentabilidade urbana.

Atendimento de energia

O atendimento adequado de energia é considerado quando a eletricidade é fornecida por distribuidoras oficiais, ou outras fontes, e quando o fornecimento inclui a instalação de um medidor de consumo. Esse indicador mede a proporção de pessoas que moram em domicílios com acesso a eletricidade confiável. A energia elétrica é fundamental para a vida moderna, impactando diretamente no conforto, na segurança e nas oportunidades econômicas dos moradores.

Coleta de lixo

O indicador de coleta de lixo mede a proporção de pessoas que residem em áreas onde a coleta de resíduos sólidos é feita de forma adequada, seja por meio de coleta direta ou por utilização de caçambas disponibilizadas pelos serviços de limpeza. A coleta eficiente de lixo é crucial para a higiene urbana, prevenindo a acumulação de resíduos que podem atrair vetores de doenças e degradar o ambiente. Além disso, a adequada destinação dos resíduos é essencial para a saúde pública e a preservação da qualidade ambiental nas cidades.

Esses quatro indicadores em conjunto refletem a qualidade da infraestrutura urbana e dos serviços públicos essenciais oferecidos à população. A ausência ou precariedade desses serviços impacta negativamente a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos moradores, reforçando a importância de políticas públicas voltadas para a universalização e a melhoria dos serviços coletivos urbanos. Dessa forma, a dimensão de atendimento de serviços coletivos urbanos é um componente crucial para a avaliação do bem-estar urbano, orientando estratégias de gestão e desenvolvimento urbano que visam aumentar a qualidade de vida nas cidades.

7.1.5 Infraestrutura Urbana

A dimensão de infraestrutura urbana no IBEU é composta por sete indicadores que refletem as condições de infraestrutura nas cidades, diretamente relacionadas à qualidade de vida, acessibilidade e saúde. Esses indicadores medem a disponibilidade de serviços e estruturas urbanas que facilitam a mobilidade e segurança dos moradores, além de promoverem um ambiente urbano mais inclusivo e adequado.

Iluminação pública

O indicador de iluminação pública avalia a proporção de pessoas que residem em áreas com iluminação pública no entorno de seus domicílios. A presença de iluminação pública é verificada tanto na face de quadra onde o domicílio está localizado quanto na face confrontante. A iluminação adequada é um fator essencial para a segurança pública e a mobilidade urbana, especialmente à noite, e contribui significativamente para a percepção de segurança e bem-estar dos moradores.

Pavimentação

Este indicador mede a proporção de pessoas que moram em domicílios cujos logradouros possuem pavimentação, com asfalto, cimento ou paralelepípedo. A pavimentação adequada das ruas é um fator importante para a mobilidade urbana e a prevenção de acidentes, além de melhorar o escoamento de água e evitar problemas relacionados à poeira e à lama, que podem afetar negativamente a saúde e o conforto dos residentes.

Calçada

O indicador de calçada reflete a proporção de pessoas que vivem em áreas onde os logradouros possuem calçadas. A existência de calçadas adequadas é fundamental para a mobilidade segura de pedestres, principalmente para idosos, crianças e pessoas com deficiência. As calçadas também promovem a circulação segura em ambientes urbanos, reduzindo o risco de atropelamentos e incentivando a locomoção a pé.

Meio-fio/Guia

Este indicador avalia a proporção de pessoas que moram em domicílios localizados em logradouros que possuem meio-fio ou guia. A presença de meio-fio é importante para delimitar a via de circulação de veículos e pedestres, ajudando também no escoamento de águas pluviais e na organização do espaço urbano, prevenindo alagamentos e danos às ruas.

Bueiro ou boca de lobo

O indicador de bueiro ou boca de lobo mede a proporção de pessoas que vivem em áreas onde há essas estruturas de drenagem nas proximidades de seus domicílios. Os bueiros ou bocas de lobo são fundamentais para a drenagem das águas pluviais, prevenindo enchentes e alagamentos, além de garantir que as ruas permaneçam transitáveis em períodos de chuva.

Rampa para cadeirantes

Este indicador reflete a proporção de pessoas que moram em áreas onde as calçadas possuem rampas de acesso para cadeirantes. As rampas são essenciais para garantir a

acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida, promovendo a inclusão e facilitando a circulação segura de cadeirantes e outros grupos que dependem de condições adequadas de infraestrutura para se locomover.

Identificação de logradouro

O indicador de logradouros mede a proporção de pessoas que vivem em áreas onde as ruas estão devidamente identificadas com placas ou outros meios de sinalização. A identificação clara dos logradouros é importante para a organização da cidade, permitindo a localização eficiente de endereços e contribuindo para a segurança e para a eficácia dos serviços de emergência.

Esses sete indicadores proporcionam uma visão abrangente das condições de infraestrutura urbana que são essenciais para a criação de um ambiente urbano seguro, acessível e confortável. A existência de uma infraestrutura adequada melhora significativamente a qualidade de vida dos cidadãos, facilitando o acesso aos serviços e proporcionando maior segurança, além de promover a mobilidade urbana e a inclusão social.

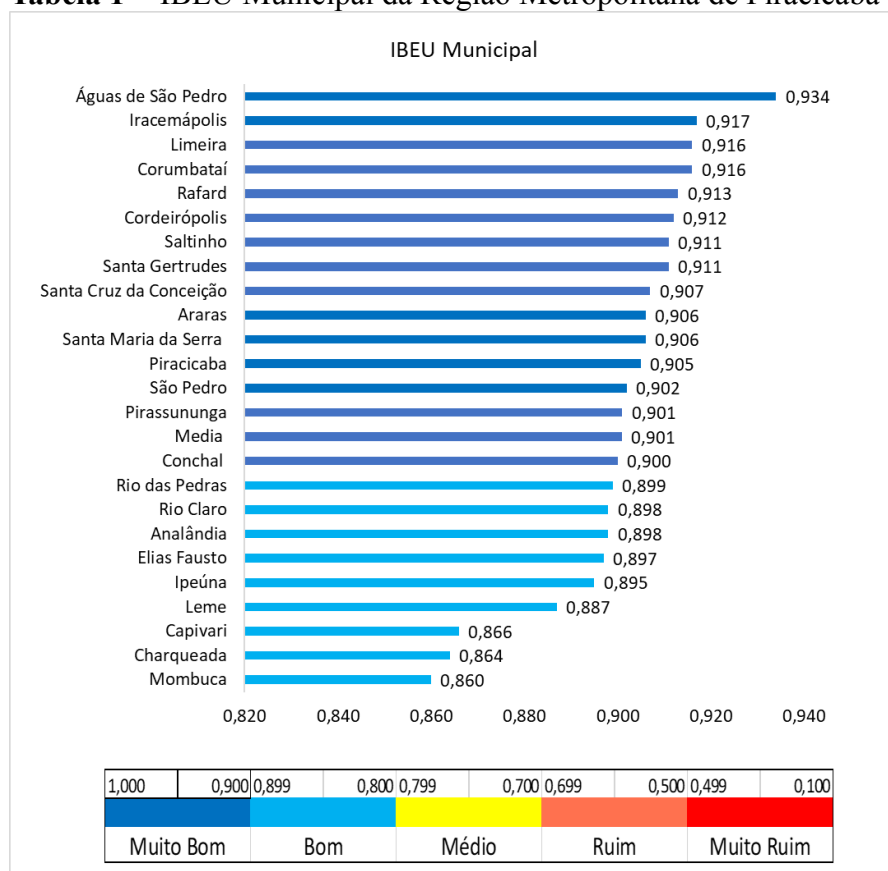
8. RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos a partir da análise do Índice de Bem-Estar Urbano nos municípios que compõem a região de estudo. O levantamento desses dados foi realizado com base nas informações disponibilizadas pelo Observatório das Metrópoles (XX).

As tabelas e mapas a seguir ilustram as assimetrias dessa região, facilitando a visualização comparativa do bem-estar urbano entre as cidades analisadas. A análise desses servirá como base para discussões posteriores, que visam compreender os desafios enfrentados e as oportunidades de planejamento para uma melhor distribuição dos recursos e melhorias urbanas.

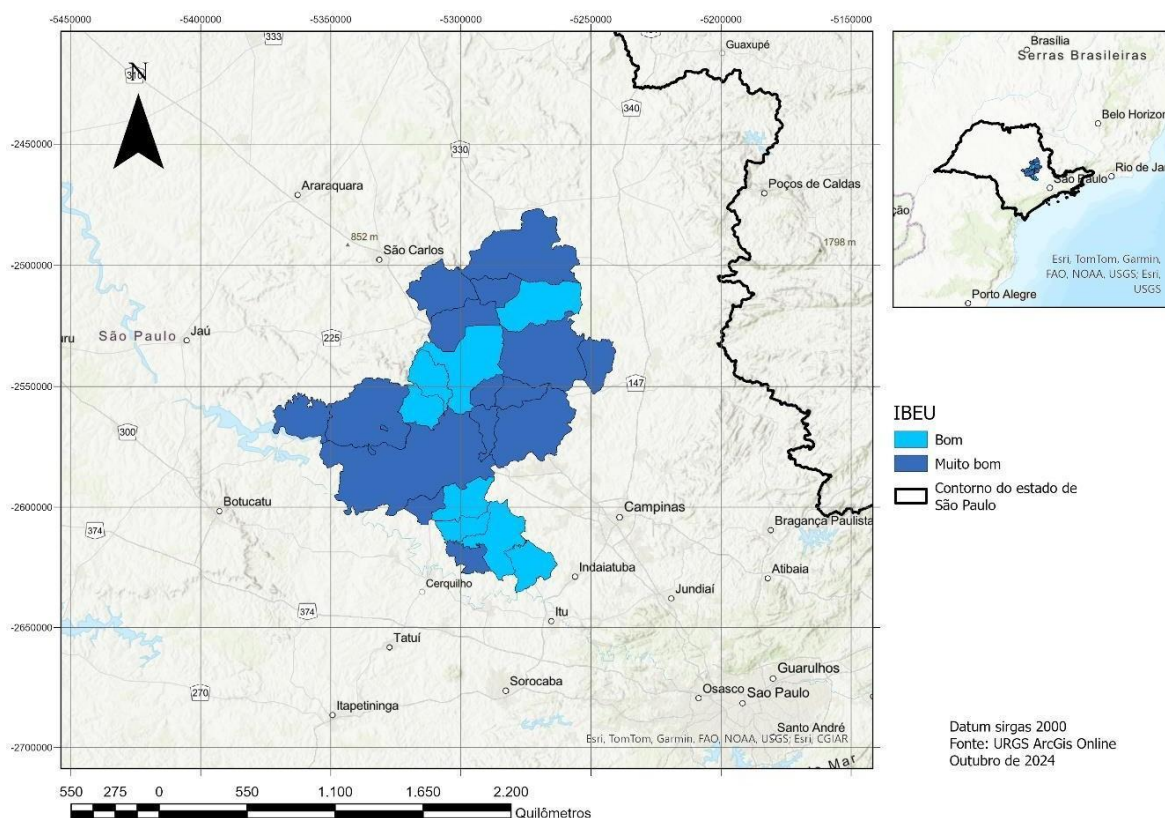
8.1 IBEU Municipal

Tabela 1 - IBEU Municipal da Região Metropolitana de Piracicaba



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrópoles.

Mapa 3 - IBEU Municipal da Região Metropolitana de Piracicaba

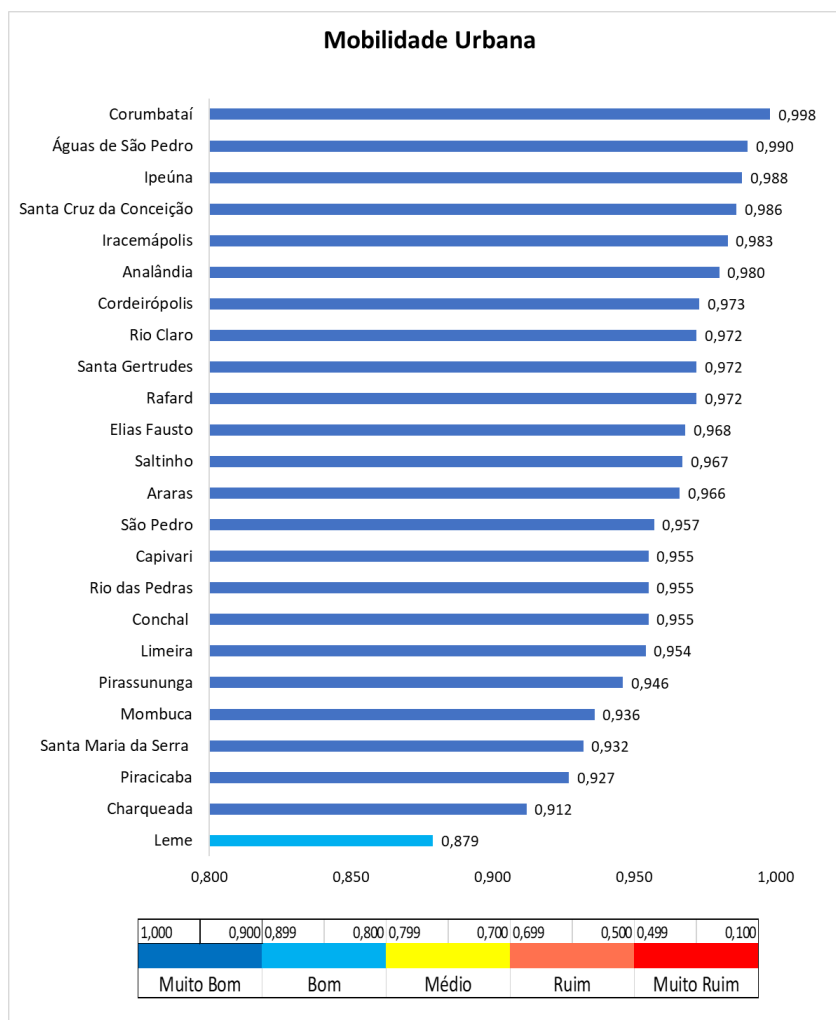


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrôpoles.

Como já citado anteriormente, o IBEU é a média aritmética das cinco dimensões do índice (mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, serviços coletivos e Infraestrutura). Os valores mais altos indicam melhor qualidade de vida e desenvolvimento urbano. O município com maior destaque no IBEU foi Águas de São Pedro com 0,934 e o pior resultado foi encontrado em Mombuca com 0,860, um resultado que ainda assim pode ser considerado como “bom” de acordo com os parâmetros do IBEU.

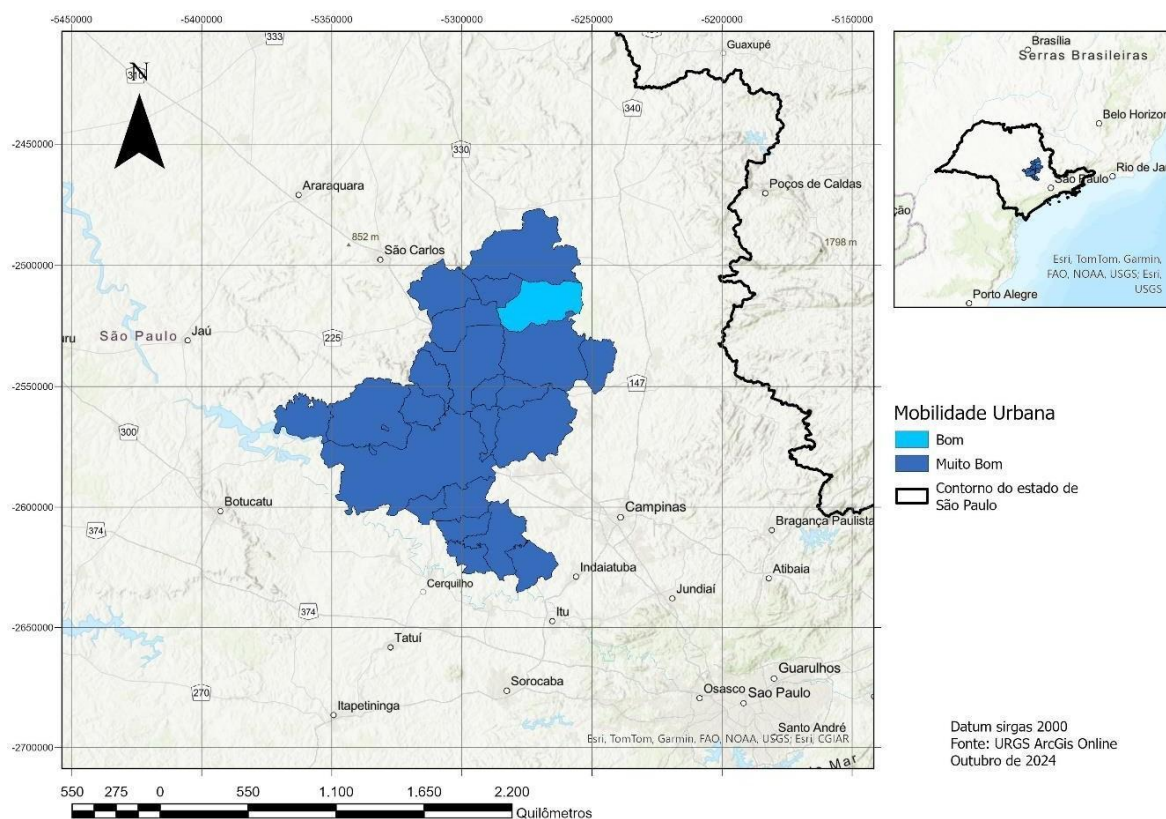
8.2 Mobilidade Urbana

Tabela 2 - Mobilidade Urbana nos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrôpoles.

Mapa 4 - Mobilidade Urbana nos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba

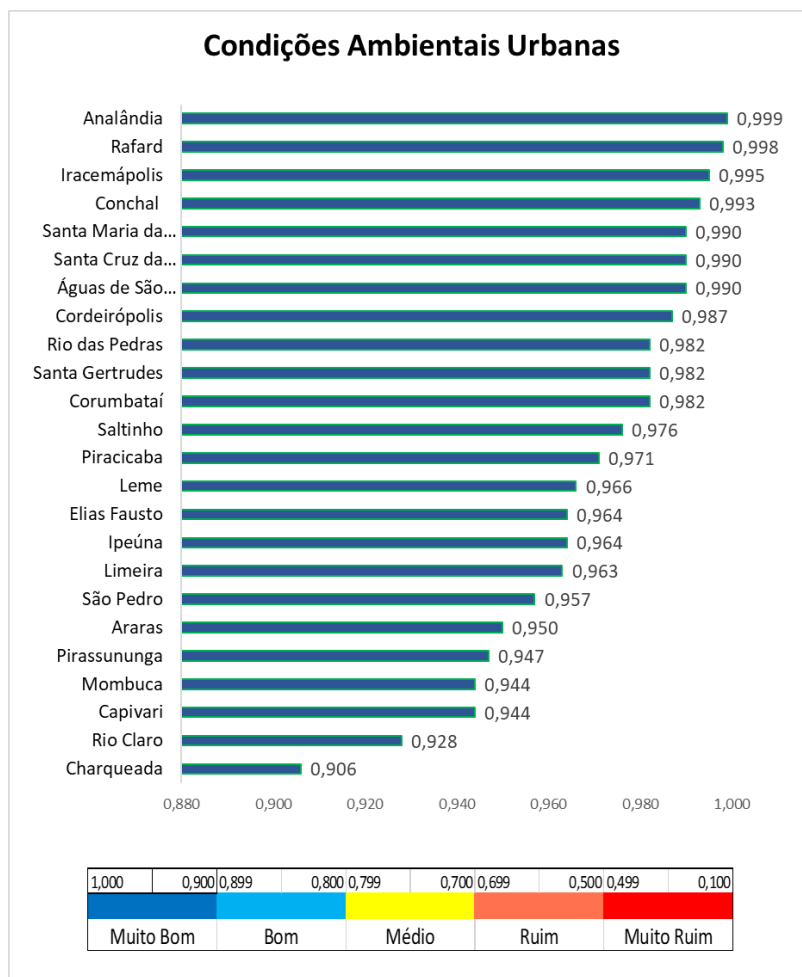


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrôpoles.

A dimensão de mobilidade avalia o acesso da população ao transporte e a circulação dentro dos municípios. Na RMP, os municípios apresentam boas pontuações nessa dimensão, com a maioria registrando valores superiores a 0.90. Águas de São Pedro lidera, com uma pontuação de 0.990, enquanto Leme aparece com o pior resultado nesse índice, mesmo sendo enquadrado como “bom” o município possui uma janela de oportunidades para a melhoria dos serviços e infraestrutura de mobilidade urbana.

8.3 Condições Ambientais Urbanas

Tabela 3 - Condições Ambientais Urbanas dos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba

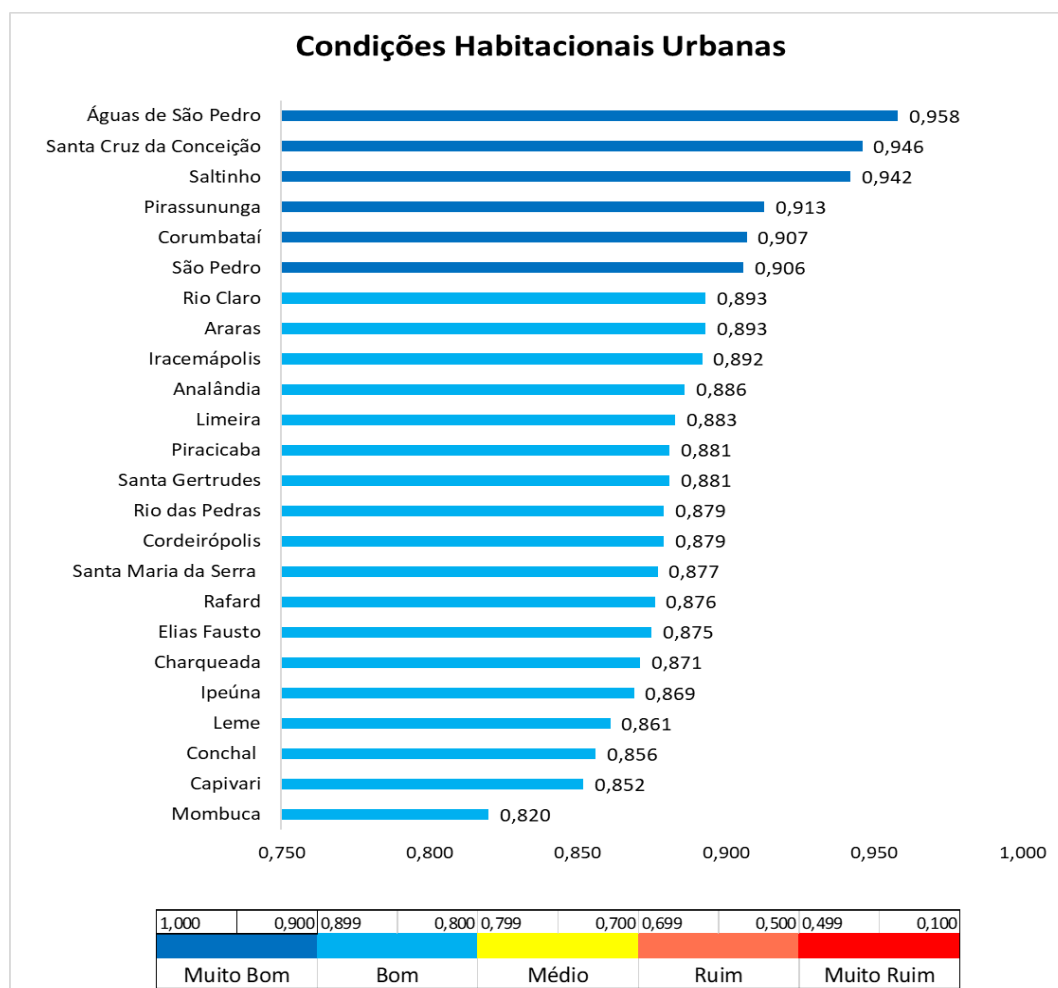


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrôpoles.

A dimensão ambiental está ligada à sustentabilidade e à qualidade ambiental dos municípios. De modo geral, os municípios da RMP apresentam um ótimo desempenho nessa parâmetro, com todos os municípios acima de 0,9 sendo considerado pelo IBEU como “Muito Bom”. Analândia se destaca com a maior pontuação, atingindo 0.999 enquanto charqueada encontra-se na última posição.

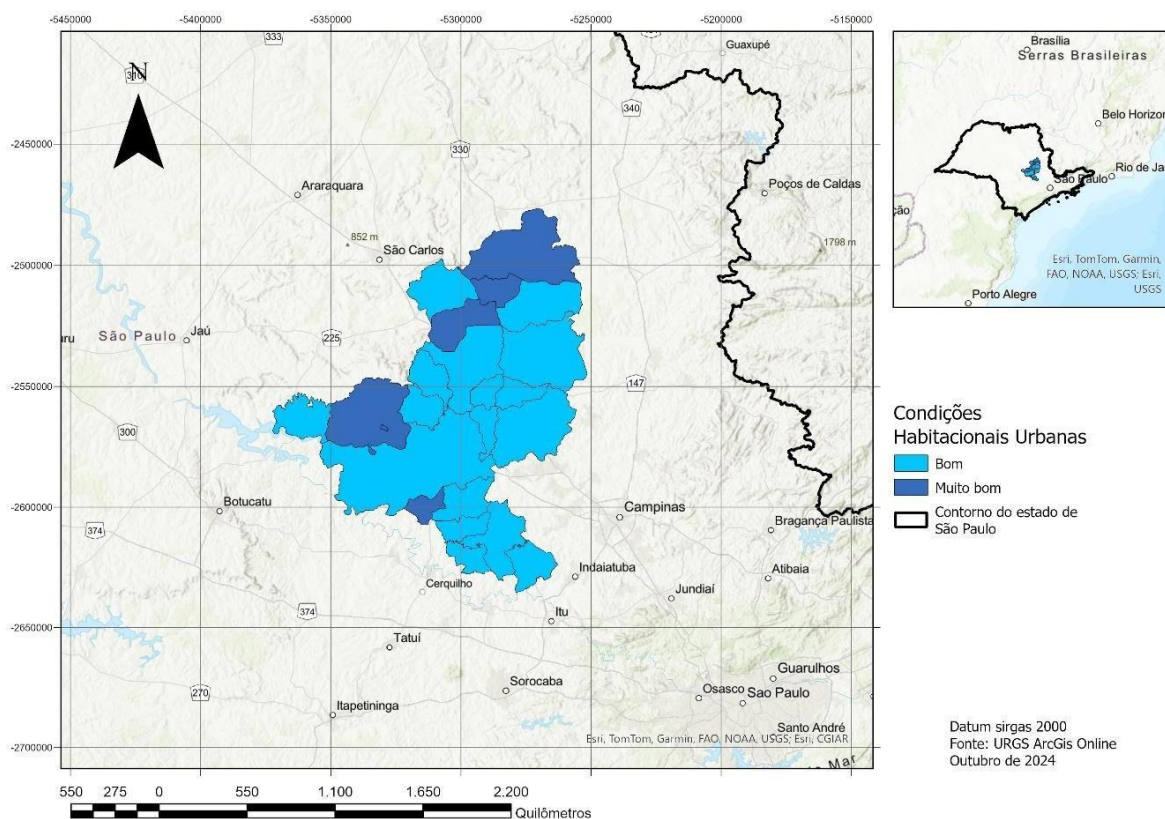
8.4 Condições Habitacionais Urbanas

Tabela 4 - Condições Habitacionais Urbanas dos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrôpoles.

Mapa 5 - Condições Habitacionais Urbanas

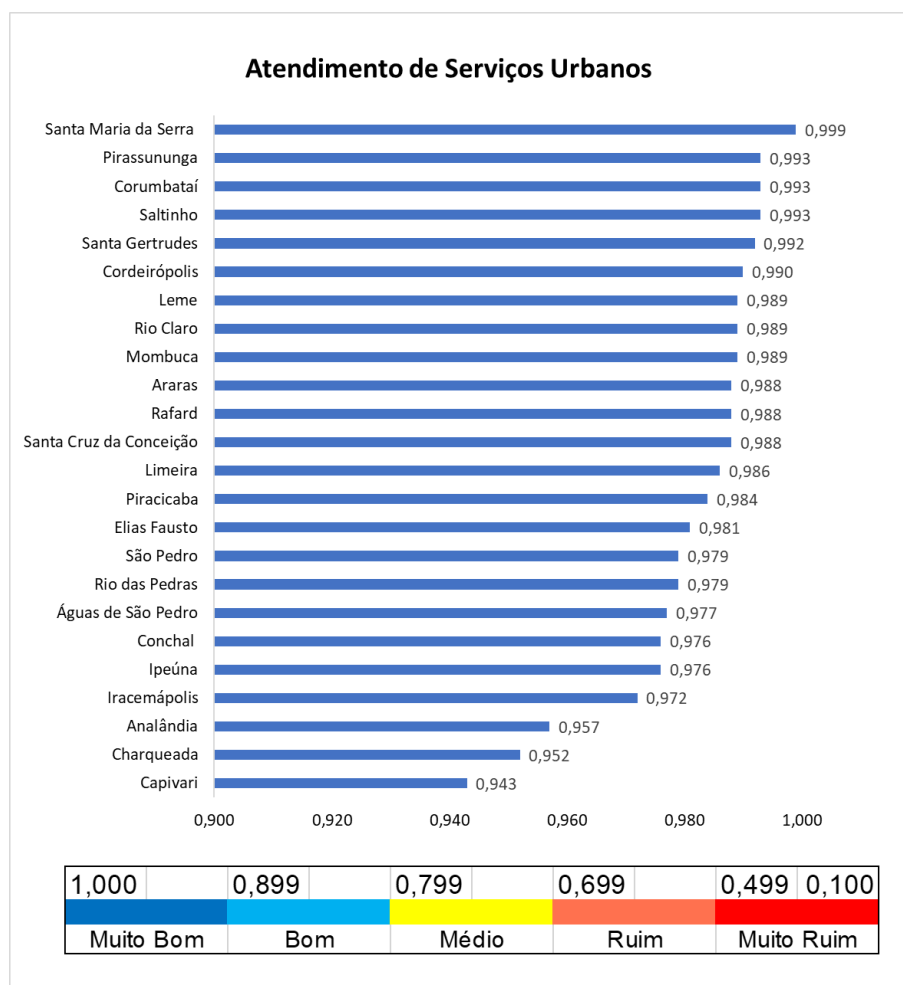


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrôpoles.

A dimensão habitacional concentra-se nas condições de moradia e na disponibilidade de habitação adequada. Embora outras dimensões apresentem altos valores, essa categoria mostra maior variação entre os municípios. Águas de São Pedro se destaca com uma pontuação de 0.958, o que indica boas condições habitacionais muito boas. Por outro lado, municípios como Mombuca apresentam um desempenho um pouco inferior, mas ainda satisfatório, sendo enquadrado como boas, entretanto dos 24 municípios que compõem a RMP, menos de 21% são classificadas como “Muito Boas” pelo IBEU.

8.5 Atendimento de Serviços Urbanos

Tabela 5 - Atendimento de serviços Urbanos nos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba

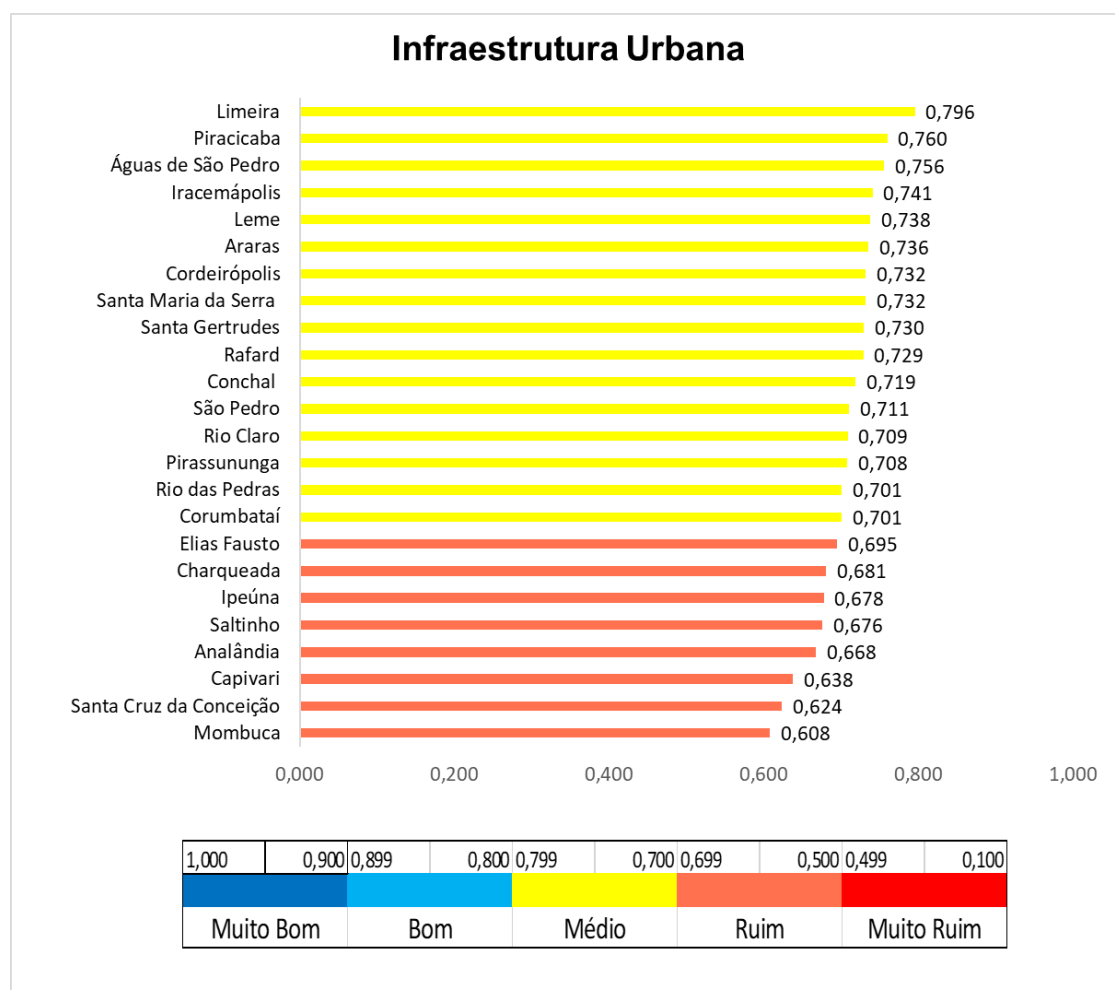


Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrôpoles.

Os serviços urbanos, que englobam áreas como saúde, educação e outros serviços públicos essenciais, apresentam um desempenho relativamente elevado em todos os municípios da RMP. Santa Maria da Serra obteve destaque até em âmbito nacional, sendo o oitavo melhor município do Brasil nessa dimensão.

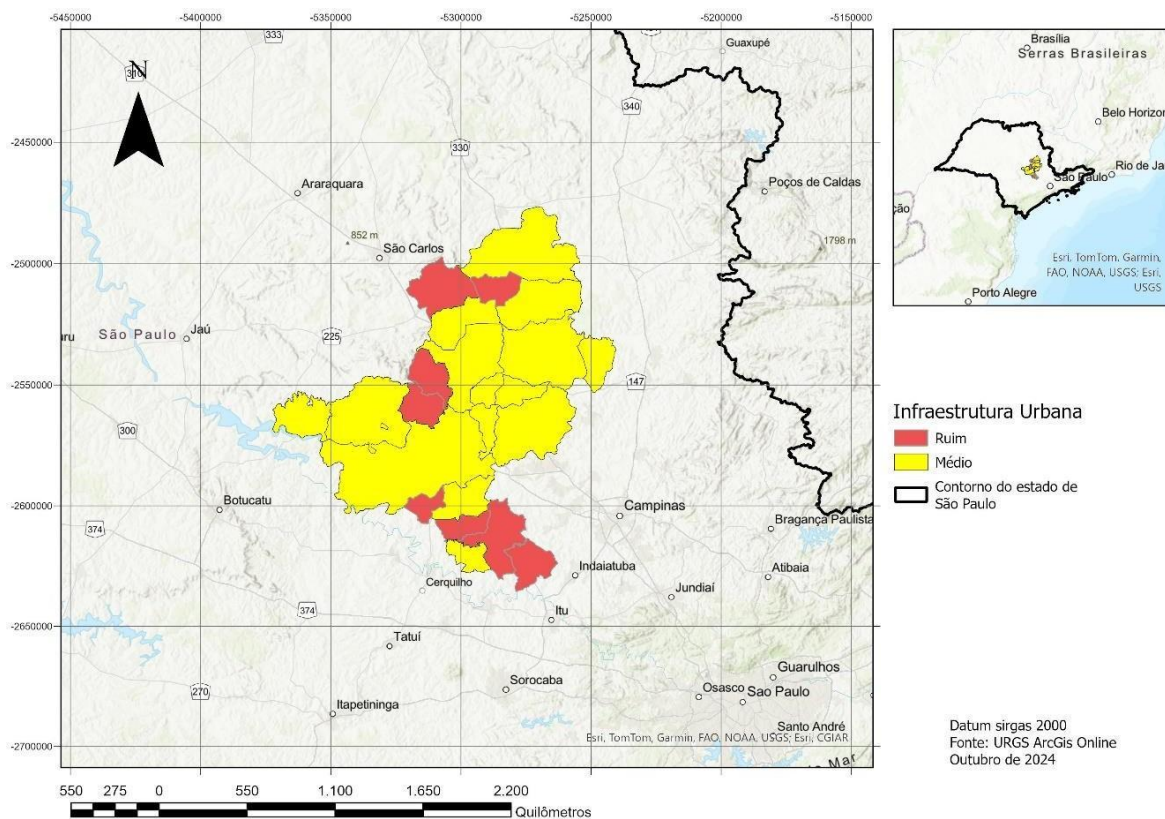
8.6 Infraestrutura Urbana

Tabela 6 - Infraestrutura dos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrôpoles

Mapa 6 - Infraestrutura dos Municípios da Região Metropolitana de Piracicaba



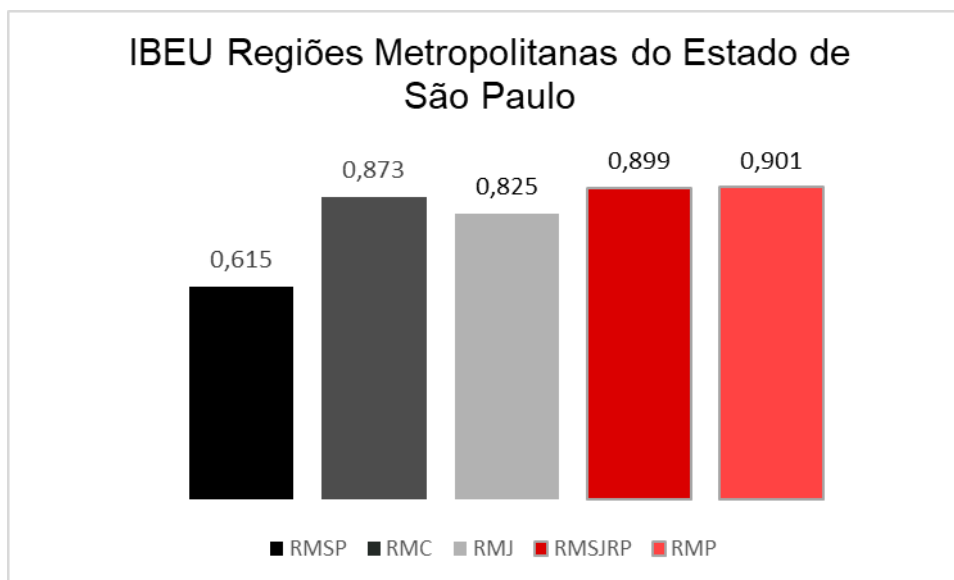
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrôpoles.

A infraestrutura urbana, abrange o fornecimento de água, esgoto, energia e outras infraestruturas básicas, é a dimensão que apresenta o pior resultado dos municípios da RMP, demonstrando uma área de atenção para a gestão pública, seriam necessárias mais pesquisas nessa tópico de infraestruturas urbanas na região para identificar as causas de resultados tão baixos, mas essa pesquisa evidencia que a temática de infraestrutura urbana necessita estar nas pautas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Piracicaba (PDUI-RMP).

8.7 Comparação com outras Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo

No sentido de fazer um comparativo do IBEU da RMP com outras Regiões metropolitanas do estado, foi selecionado as regiões metropolitanas de São José do Rio Preto e Jundiaí uma vez que essas Regiões metropolitanas foram instituídas no mesmo período que a de Piracicaba, e também foram selecionadas as regiões de campinas e São Paulo devido a sua importância para o estado de São Paulo, gerando assim a tabela 7 abaixo.

Tabela 7 - IBEU das regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Jundiaí, São José do Rio Preto e Piracicaba



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Observatório das Metrôpoles.

A tabela 7 acima demonstra um ótimo resultado para a RMP se comparado a duas regiões metropolitanas consolidadas, sendo a de São Paulo instituída em 1973 e a de Campinas em 2000, mas também se comparado a duas regiões metropolitanas que foram instituídas no mesmo período que a de Piracicaba (2021)

No entanto, é fundamental destacar que, apesar do bom resultado obtido pela RMP, o índice possui limitações para análises mais complexas e multifatoriais. O IBEU, embora seja uma ferramenta eficaz para medir o bem-estar urbano a partir de variáveis quantitativas, pode

não capturar nuances socioeconômicas e disparidades internas de forma aprofundada. Ele oferece uma visão geral das condições urbanas, mas não necessariamente revela desigualdades mais profundas dentro das regiões, como a distribuição desigual de serviços, segregação socioespacial e a vulnerabilidade de grupos sociais específicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Região Metropolitana de Piracicaba representa um marco na reorganização espacial do estado de São Paulo, evidenciando as transformações necessárias para integrar demandas globais com as dinâmicas locais, este trabalho buscou identificar as possíveis desigualdades presentes nessa região utilizando um índice sintético, assim podendo ter uma base para comparar com outras regiões metropolitanas.

Os indicadores sintéticos, como o IBEU, utilizados ao longo deste estudo, são fundamentais para avaliar as condições urbanas e o bem-estar da população. No entanto, tais indicadores possuem limitações. A simplificação de realidades complexas em números únicos pode omitir nuances importantes, como as desigualdades intrarregionais e a diversidade de experiências urbanas. Por exemplo, a dimensão de mobilidade no IBEU considera apenas o tempo de deslocamento casa-trabalho, desconsiderando aspectos fundamentais como qualidade, segurança e conforto no transporte, o que compromete uma visão mais completa da realidade urbana.

Ainda assim, esses indicadores têm um papel essencial no processo de formação e avaliação políticas públicas (CARVALHO; LEAL, 2021) Eles fornecem uma base comparativa que orienta decisões estratégicas, promovendo melhorias na infraestrutura e serviços urbanos. No caso da RMP, o uso do IBEU possibilitou identificar os desafios de municípios como Capivari e Mombuca em termos de infraestrutura urbana, enquanto cidades como Águas de São Pedro se destacam em mobilidade e condições ambientais. Esse tipo de análise permite direcionar políticas públicas, contribuindo com o debate sobre o desenvolvimento da região metropolitana de Piracicaba.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. D. F. I. Reestruturação produtiva e transformações econômicas: região metropolitana de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 20–30, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000100004>.

BRUNO, José et al. The correlation between the service sector and gross domestic product in Brazil. *Research, Society and Development*, 2020. DOI: 10.33448/RSD-V9I4.3040.

CALDAS, Maria Fernanda. Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil. 2015. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

CARVALHO, Rogério Galvão de; LEAL, Cícero Pereira. A importância da escolha de indicadores para avaliação eficiente de políticas públicas. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 06, n. 04, p. 213-221, 2023.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>. Acesso em: 01 fev. 2023.

ISNARD, H. O espaço do geógrafo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 5-16, jul./dez. 1978.

KUREKE, B. M.; BERNARDINIS, M. D.; PAVELSKI, L. M. O panorama do planejamento urbano brasileiro: aspectos institucionais e políticos. *Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, 2019.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2009.

MANZOLI, A. et al. Estudo da utilização das tecnologias modernas para melhorias das gestões públicas das regiões metropolitanas. *Revista Foco*, v. 16, n. 11, p. e3584, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n11-062. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/3584>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MÉO, Guy di. Introdução ao debate sobre a metropolização: uma chave de interpretação para compreender a organização contemporânea dos espaços geográficos. *Confins*, 2008. p. 1-12.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa; ESTEVES, Otávio de Avelar. Metodologia do Índice de Qualidade de Vida Urbana e suas aplicações. In: NAHAS, M. I. *Qualidade de Vida Urbana: abordagens, indicadores e experiências internacionais*. 2015. p. 101-118.

PBH - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. O Índice de Qualidade de Vida Urbana. Belo Horizonte: Assessoria de Comunicação Social da PBH, 1996.

PASTERNAK, Suzana; BOGÚS, Lucia Maria Machado. Changing urbanization patterns in the Brazilian metropolis. In: CLAPSON, M.; HUTCHISON, R. (Ed.). *Suburbanization in Global Society*. Research in Urban Sociology, v. 10.

PDUI. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado de Piracicaba. Disponível em: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

PERES, J. et al. O Estatuto da Metrópole e as regiões metropolitanas: uma análise teórico-conceitual à luz do conceito miltoniano de "território usado". 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Índice de bem-estar urbano. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da geografia – Um manifesto. Apresentado pelo Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental da Universidade de São Paulo (USP). *Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos*, Florianópolis, jul. 2000.

SCOTT, A. J. Metrópole ressurgente: economia, sociedade e urbanização em um mundo interconectado. *Geografia*, Niterói, v. 16, n. 14, p. 8-37, 2014.

SILVA, B. J. B. et al. A correlação entre o setor de serviços e o Produto Interno Bruto no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 4, p. e163943040, 2020.

SILVEIRA, M. L. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In: VIANA, A. L. d'Á.; IBAÑEZ, N.; ELIAS, P. E. M. (Orgs.). *Saúde, desenvolvimento e território*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2009.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 16, jan./jun. 1999.

SOARES, P. R. R. Metropolização, aglomerações urbano-industriais e desenvolvimento regional no sul do Brasil. *Cadernos Metrópole*, v. 20, n. 41, p. 15–34, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2018-4101>.

Acesso em: 16 out. 2024.

SOUZA, Bárbara Cecília Machado Fontes de. Desenvolvimento regional e gestão metropolitana: reflexões a partir da política habitacional na região metropolitana de Aracaju. 2009.